



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 140 NÚMERO 3060 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
DEZEMBRO 2018 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Fernando Henriques

O Aeroporto de Lisboa é uma infraestrutura estratégica para o país. Só no transporte aéreo, assistência em escala (*handling*) e manutenção trabalham cerca de 13 mil pessoas. Fernando Henriques, trabalhador e dirigente sindical, faz uma radiografia da situação na Portela. **págs. 8 e 9**



VENEZUELA

O bloqueio que não passa na televisão

O que leva a que sofra uma crise profunda um país que garantiu níveis elevados de acesso à educação, saúde, habitação, alimentação e cultura a toda a população? A quebra do preço do petróleo ou também o cerco eco-

nómico dos Estados Unidos e da União Europeia? A Voz do Operário esteve na Venezuela e assistiu a uma realidade bem distante do desastre humanitário a que se referem vários meios de comunicação. **págs. 6 e 7**



Estivadores param contra a precariedade

São contratados e despedidos todos os dias há vários anos. Sem uma vida profissional estável, quase cem trabalhadores do Porto de Setúbal paralisaram em luta por contratos dignos. Foram surpreendidos a 22 de novembro pela chegada de um autocarro com trabalhadores para os substituir acompanhado pela polícia de choque às ordens do governo. **págs. 11**



2.ª Gala homenageia fado e suas gentes

Realizou-se a 2.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário, organizada novamente numa parceria entre A Voz do Operário e a produtora Música Unida, no Salão de Festas. Centenas de pessoas assistiram a um espetáculo apresentado por Júlio Isidro e Maria João Gama com a atribuição de 13 prémios no âmbito da preservação do fado enquanto expressão cultural. **pág. 3**



A VOZ DO OPERÁRIO Espaço Educativo do Lavradio

Também no Barreiro, o modelo de ensino d'A Voz traz uma nova forma de relação entre alunos, pais e funcionários. Daniela Cabrita descreve a evolução de um caminho que começou há seis anos. **pág. 5**



Para onde vamos, Europa?

Em maio do próximo ano, há eleições para o Parlamento Europeu. No debate que atravessa a União Europeia, há uma questão transversal que, pela sua importância e complexidade, importa analisar: o crescimento das forças de extrema-direita e fascistas e a forma como esse perigoso desenvolvimento afeta o futuro do nosso país, da UE e da Europa. **pág. 14**

Boas Festas e um Bom 2019

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Aproxima-se o final de 2018, ano em que comemorámos o 135.º aniversário, editámos um livro com os 135 anos de história da nossa Instituição, realizámos a 2.ª Gala de Fado, que se revestiu de um enorme êxito, atingimos o maior volume de atividade desde há muitas décadas. Foi aprovado na Assembleia Geral de sócios o Plano de Atividade e Orçamento para 2019 onde projetamos um novo incremento da atividade, com a organização de múltiplos eventos, salientando os relativos à celebração dos 140 anos do nosso Jornal.

O empenho e dedicação dos trabalhadores d'A Voz do Operário, bem como da grande equipa de voluntários, são o elemento determinante para a excelência da qualidade do serviço prestado à comunidade.

No próximo dia 16, teremos a Festa de Natal com as nossas crianças e o almoço com os trabalhadores e voluntários.

Neste período de festas natalícias, aproveitamos para desejar um bom Ano Novo e para isso terá muita relevância o Orçamento de Estado para 2019, atualmente em debate na Assembleia da República.

A proposta apresentada tem inscrito um importante conjunto de avanços, só possíveis em resultado da luta dos trabalhadores (tendo como exemplo mais recente a grande manifestação realizada no passado dia 15 de novembro) e consolida o conjunto das medidas adotadas nos últimos anos. Incorpora novos avanços na reposição de direitos e rendimentos dos trabalhadores, designadamente no aumento do valor real das pensões e no reconhecimento das longas carreiras contributivas, na eliminação da obrigatoriedade do Pagamento Especial por Conta para as MPME, na valorização e aumento das prestações sociais como o abono de família e o subsídio social de desemprego, no alargamento dos passes sociais e redução dos custos nos transportes públicos, na gratuidade dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório e na redução do valor das propinas, bem como na redução do IVA dos espetáculos culturais.

Apesar de positivas, estas medidas ficam bem aquém do necessário para

garantir o bem-estar das populações e o desenvolvimento nacional.

Não iludem os problemas de dimensão estrutural com que o País se confronta, continuando a evidenciar as consequências da política de direita ao serviço dos interesses do grande capital e de submissão à União Europeia.

As opções do Governo limitam a resposta plena aos problemas do País, deixando por concretizar medidas para garantir os meios indispensáveis ao funcionamento de serviços públicos essenciais como os Transportes, o Serviço Nacional de Saúde, o Sistema Público de Segurança Social, a Escola Pública ou a Cultura.

Infelizmente, o Governo tem persistido na convergência com PSD e CDS em matérias de interesse do grande capital, nomeadamente quanto à legislação laboral, os apoios e benefícios fiscais, a entrega de centenas de milhões de euros de recursos públicos à especulação financeira, a recusa da cessação de Parcerias Público Privadas (PPP) e a opção de cedência aos interesses da ANA Aeroportos, pondo em causa a construção do novo Aeroporto de Lisboa.

No campo laboral, apesar de o Governo se ter comprometido a combater a precariedade e a dinamizar a contratação coletiva, tem ao invés, com o apoio do PSD, do CDS e do grande patronato, contrariado as propostas que vão no sentido da segurança no emprego, da igualdade e do direito à negociação coletiva, tentando assim prosseguir a política de redução da retribuição do trabalho.

A dimensão dos problemas nacionais coloca a necessidade de uma intensa intervenção dos trabalhadores e do povo, designadamente na exigência do aumento geral dos salários, incluindo do salário mínimo nacional, visando a recuperação do poder de compra perdido, no combate à precariedade, na eliminação das normas gravosas da legislação laboral, na defesa e melhoria dos serviços públicos e no apoio ao desenvolvimento da produção nacional.

Aos sócios, trabalhadores e amigos d'A Voz do Operário, formulo votos de Boas Festas e que 2019 constitua um marco importante no progresso do nosso País e que os portugueses vejam abrir-se o horizonte de uma vida melhor, num mundo de paz, onde sejam definitivamente erradicadas a pobreza e a exploração.

EDITORIAL

Mais um ano de luta

O ano que agora termina não vai ficar na história pelas melhores razões. Durante décadas, os órgãos de comunicação social dedicaram-se, através das suas linhas editoriais, a suportar os regimes políticos condicionados pelos principais grupos económicos e financeiros. Os trabalhadores e os povos assistiram a uma campanha despudorada para defender a ideia de que o capitalismo é o melhor dos sistemas. Liberalizar o mercado, privatizar os setores estratégicos da economia, precarizar as relações laborais, suportar negócios altamente especulativos e, sobretudo, amparar as dívidas financeiras de quem decidiu investir na economia de casino. As *fake news* não são uma novidade. Basta ligarmos a televisão ou lermos o jornal para sabermos que muito antes das redes sociais, já se gestavam notícias falsas que serviam objetivamente interesses particulares. Enquanto a esmagadora maioria da imprensa for propriedade de uma elite, a preocupação que tem com as *fake news* não é mais do que a preocupação de manter o monopólio da mentira nas suas redações. Foi esse o motivo que levou a que um grupo de operários tabaqueiros fundasse *A Voz do Operário*. Dar voz a quem não tem voz e democratizar o acesso a informação alternativa foi, é e será a prioridade deste coletivo redatorial. Denunciar o recrudescimento do fascismo, o bloqueio à Venezuela e a todos os países que ousam fazer frente aos Estados Unidos e à União Europeia; denunciar a entrega das nossas cidades aos interesses da especulação imobiliária, a degradação dos transportes públicos; denunciar a precariedade, todo o tipo de exploração e o condicionamento ao direito à greve como aconteceu em Setúbal com os estivadores. E com isso sermos ainda capazes de construir espaços que são nossos: galas de fado que valorizam a cultura popular e escolas com modelos pedagógicos alternativos, entre outros. Se é verdade que há muitos motivos para considerar que vivemos tempos de grandes perigos - guerra e fascismo - também é certo que por todas as partes vemos a dignidade de quem luta e de quem não se verga ante a tirania. Que em 2019 tenhamos ainda mais força e coragem para conquistar o futuro.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 - 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 - 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 - Morelena, 2715 - 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 3.500 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



EVENTO

2.ª Gala de Fado homenageia fado e suas gentes

Dia 11 de novembro, pelas 15h, teve lugar, no salão de festas d'A Voz do Operário, a 2.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário, organizada novamente numa parceria entre A Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário e a produtora *Música Unida*. O elenco (todo no feminino) e os homenageados – já anunciados pela organização em setembro – atraíram centenas de pessoas a atravessar a intempérie meteorológica que se abatia sobre a cidade de Lisboa, para assistirem a este espetáculo de homenagem ao fado e suas gentes, apresentado por Júlio Isidro e Maria João Gama.

Um dos pontos altos da gala foi a atribuição de 13 prémios a “figuras que prestaram ou vêm prestando um papel público e notório para a história e revelação do fado enquanto expressão cultural, reconhecidas pelo seu mérito, inovação, estilo e contributo para o Fado e para A Voz do Operário.” Todos os prémios contaram com o patrocínio solidário de várias instituições, que deste modo se quiseram associar à iniciativa. Os galardões atribuídos foram: Prémio Artes e Espetáculo, a Helder Freire Costa, pela Time Out; Prémio Carreira a Florinda Maria pela Lusitango, e a Filipe Duarte pela Delta; Prémio Compositor a António Chainho pela Grill Porto e a Joel Pina pela Global Segurança; Prémio Divulgação ao Grupo Desportivo da Mouraria pela Junta de Freguesia de Santa Maria

Maior; Prémio Lisboa a Ada de Castro, pela Associação de Turismo de Lisboa; Prémio Poesia e Literatura a José Luís Gordo pelo Montepio Geral; Prémio Popular a Fernanda Proença, pela Junta de Freguesia de São Vicente; Prémio Prestígio a Helder Moutinho pelo Museu do Fado - EGEAC; Prémio Revelação a André Gomes pela Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa, e a Marta Alves pelo Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculo, do Audiovisual e dos Músicos; Prémio Solidariedade a Carlos Alberto Moniz, pela Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário.

As fadistas Ana Pacheco, Conceição Ribeiro, Maria Amélia Proença, Maria Armanda, Maria da Nazaré, Tânia Oleiro e Teresa Tapadas constituíram o elenco que desfilou no palco d'A Voz do Operário, acompanhadas pelos músicos Ricardo Parreira na Guitarra Portuguesa, Miguel Silva na Viola de Fado e Francisco Gaspar na Viola Baixo. Maria da Nazaré, a “madrinha” da Gala de Fado, confessou estar muito feliz por pisar o icónico palco pelo segundo ano consecutivo, prometendo a sua presença na 3.ª edição.

A Gala de Fado quis ainda prestar homenagem à fadista Celeste Rodrigues, falecida em agosto passado, com um momento protagonizado pela fadista Teresa Tapadas.

Na reta final houve ainda lugar para uma atuação surpresa de Lenita Gen-



Diretora do Museu do Fado-EGEAC entregou *Prémio Prestígio* a Helder Moutinho

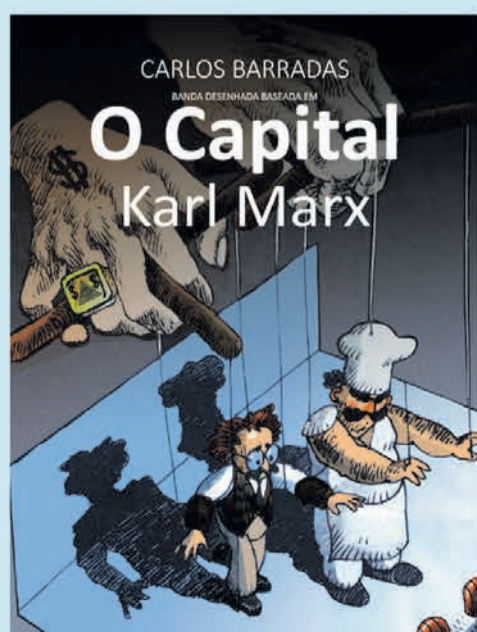
til, que encerrou o espetáculo levando a plateia ao êxtase com a voz possante, cantando em momentos à capela, que lhe é conhecida.

Durante o evento foi levada a cabo uma recolha de contribuições com vista

à reconstrução do salão de festas d'A Voz do Operário, cuja intervenção está avaliada em mais de meio milhão de euros.

A organização já avançou que a 3.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário se realizará a 10 de novembro de 2019.

PUBLICIDADE



Apresentação

12 de dezembro
quarta-feira | 18h

Auditério João Hogan, A Voz do Operário

Pelos 200 anos de Karl Marx e dos 139 anos do jornal *A Voz do Operário*, *A Voz do Operário* e a editora Althum têm o prazer de o/a convidar para o lançamento da banda desenhada de Carlos Barradas baseada n' *O Capital de Karl Marx*.

A sessão contará com a presença de Carlos Barradas e de Sérgio Ribeiro, autor do posfácio à presente edição.



A VOZ
DO OPERÁRIO



althum.com

Rua da Voz do Operário, 13

EDUCAÇÃO MUSICAL

A voz da criança: a construção coletiva do conhecimento musical

Vanessa Pinheiro Borges

Professora de música nos Espaços Educativos da Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro d'A Voz do Operário

São muitas as evidências que suportam os benefícios do contacto precoce das crianças com a música. Ainda que o possamos dizer relativamente a outras formas de expressão artística, é seguro afirmar que “escutar” surge antes de “observar” quando nos referimos ao primeiro contacto dos bebés com o mundo, dado que a audição é um sentido que, pela forma como os humanos se foram desenvolvendo através da evolução, se encontra mais amadurecido que os restantes à altura do nascimento.

Considerando que antes de nascer não só é possível ouvir como também discernir vários sons, a criança, na altura do nascimento, começa tão imediatamente a absorver aquilo que ouve como a emitir sons, a sua forma de comunicar. O processo que se desenrola desde esse momento até quando consegue cantar (no sentido do domínio simples do instrumento voz) vai acontecer tão melhor quanto mais ativa e participativa for a escuta. Neste sentido, não basta apresentar música aos bebés e crianças num rádio ou na televisão e não é suficiente cantar ou tocar um instrumento a uma criança para que esta possa desenvolver um vocabulário musical. Tal como acontece nas outras áreas de conhecimento, a música aprende-se fazendo, cantando, emitindo sons e respondendo a sons exteriores. Esta capacidade está presente desde muito cedo.

O processo da apropriação de uma linguagem musical é semelhante à forma como se adquire a capacidade de comunicar por palavras. Porém, se quando interagimos com um bebé tendemos a utilizar uma forma de comunicar mais cantada que falada – com recurso a sílabas neutras, contrastes de volume, tonalidade, andamento, entre outros – esta característica da interação entre adulto e bebé vai-se progressivamente perdendo, até à altura em que, como convencionado, se espera que a criança comece a falar, e aí a fala (pelo menos nas línguas europeias) fica quase desprovida de musicalidade. Se fosse tida a mesma preocupação e atenção em interpretar e estimular a resposta sonora, o “canto”, a aprendizagem formal da música seria tão simples quanto a da leitura para as crianças que ouviram, falaram, fizeram rimas e brincaram com letras.

É então importante desde cedo ir procurando incentivar, ainda que de uma forma flexível, fluída e heterogénea, a escuta, a resposta mas também a criação musical. Uma educação musical plena incide sobre estes três ângulos: ouvir, reproduzir e criar música. A tarefa do educador é proporcionar o ambiente, o tempo e as ferramentas certos para que a procura e a construção do conhecimento musical se desenvolvam de forma consistente, consciente e harmoniosa.

Em contexto de creche, a construção de um conhecimento musical revela-se particularmente desafiante, ainda que com imensas potencialidades justamente



A tarefa do educador é proporcionar o ambiente, o tempo e as ferramentas certos

por se tratar de um trabalho com crianças muito novas, que não esperam “ser ensinadas”. Aos mais pequenos, em salas de berçário, são apresentadas várias propostas musicais, díspares mas que se vão repetindo pelas sessões, variadas mas com recurso a padrões, às quais as crianças respondem de formas tão diversas quanto a sua própria individualidade. A resposta não vem sempre em forma de som, a atenção nem sempre está focada no som e nenhum bebé vai imitar melodias acertando em todas as notas. Mas se vier algum som, ele vai ser ouvido e compreendido, o som do bebé vai regressar a ele através de improvisos na tonalidade em que surgiu e esta partilha, se continuada através dos anos de creche e pré-escolar, irá sedimentar na criança a certeza de que é tida em conta, é respeitada, tem uma voz e tem o direito a ser ouvida.

Noutras salas de creche, onde a necessidade de ganhar consciência de si mesmo e do espaço envolvente domina a vivência da criança, podemos observar que a uma proposta musical com enfoque no ritmo, a resposta surge natural e imediata, e ainda que não seja de todo necessário ensinar a marcar o compasso de um modo rígido, a forma como as crianças da creche respondem não foge muito ao tempo certo.

Nas salas de pré-escolar existem já condições para a maioria das propostas musicais virem da parte das crianças, ainda que impere o cuidado na diversidade, componente lúdica, inclusão de movimento e qualidade. Com 3, 4 e 5 anos, as crianças não têm falta de ideias para as sessões musicais, que muitas vezes se transformam em momentos de improviso cantado. É aqui que as crianças se fazem valer do seu vocabulário, desse conhecimento e capacidade que os acompanha

desde cedo e que deverá ter sido alimentado, e trazem para o grupo a sua vivência musical num exercício de partilha generosa.

Na vida das crianças que frequentam os Espaços Educativos d' A Voz do Operário, o contacto com a música é regular e frequente. A música, apesar de ser trabalhada com alguém que nem sempre está em sala, faz parte da sala e participa em muitas dinâmicas desenvolvidas. Todas as crianças têm a oportunidade de fazer ouvir a sua voz, cantada ou não. Os momentos de música procuram também aprofundar a participação democrática e ir ao encontro daquilo que move e desperta o interesse nas crianças de cada grupo. Na mesma semana, nas 12 salas de pré-escolar, umas transformam textos dos contos em letras de música, outras dançam e fazem jogos rítmicos; umas produzem vídeos musicais e concertos, outras trabalham na descoberta da harmonia. Há ainda quem descubra pela primeira vez um novo instrumento musical ou aprenda a trocar as cordas de uma guitarra.

Fazendo parte do dia-a-dia das salas de creche e pré-escolar, é natural que a música vá surgindo a propósito dos mais variados assuntos. Pode surgir de um livro trabalhado em sala, de um projeto de ciências, de uma novidade, de uma interação que não correu da melhor maneira. Aqui a música assume um papel mais utilitário que sendo relevante não se pretende que seja o propósito do seu trabalho. Sendo verdade que as áreas do conhecimento podem e devem comunicar entre si, a música, em última análise, é uma forma de arte, um fim em si mesmo que não precisa de cumprir nenhuma missão além de dar prazer e elevar quem a escuta, reproduz e cria.

ESCOLAS

Trabalha-se em coletivo no Lavradio



Cantina do Espaço Educativo do Lavradio

O Lavradio, no Barreiro, foi, durante décadas, símbolo de resistência e luta contra o fascismo. Com a revolução de Abril, a participação dos trabalhadores e da população na construção de um modelo alternativo de sociedade levou à conquista de espaços ao serviço de quem sempre viveu mergulhado na violência da miséria e da exploração. Foi nesses anos de processo revolucionário que várias mulheres se juntaram para abrir uma creche popular. Depois, esse espaço acabou nas mãos da Segurança Social durante várias décadas. Foi há seis anos que A Voz do Operário assumiu a gestão deste edifício através de um concurso a que se candidatam várias instituições. Desde o início desta caminhada está Daniela Cabrita, coordenadora técnico-pedagógica, que explica que no primeiro ano letivo a inserção foi um pouco mais difícil porque o trabalho não começou logo em setembro mas em janeiro. Esse tempo vai longe mas na altura, para quem não estava familiarizado com o método pedagógico d'A Voz do Operário, o processo foi de adaptação. "Foi muito mais fácil no ano letivo seguinte", acrescenta. "Fomos sempre tentando conversar e explicando. Também era uma novidade para nós e para os pais, até que foram entrando novos miúdos que se adaptaram rapidamente". Conta que a "avaliação foi positiva para a maioria dos que já cá tinham os filhos. Ninguém foi embora". Apesar das alterações metodológicas, também os trabalhadores se adaptaram facilmente. Hoje, é um grupo de trabalho "coeso, muito amigo e solidário".

O Espaço Educativo do Lavradio d'A Voz do Operário que inclui um berçário, uma creche e ensino pré-escolar tem cerca de 120 crianças com uma lista de espera já longa. Daniela Cabrita explica que isso se deve ao bom trabalho realizado. "Vão ouvindo boas referências sobre o

nosso trabalho. É um movimento cada vez mais enraizado e consistente. Temos muitos miúdos de outras zonas e uns pais chamam os outros. É o passa-palavra". O trabalho tem passado também pela "formação e sensibilização de todos os adultos" e isso reflete-se na participação ativa dos pais. "Envolvem-se muito. Fazem quermesses, vendas de livros e fazem questão de entregar o dinheiro à A Voz do Operário". Mas a intervenção dos pais vai muito para além disso. "Vêm e inscrevem-se no plano do dia, inscrevem-se nas diversas atividades, fazem parte dos projetos, quinzenalmente, passam uma manhã com os miúdos e estão nas áreas com eles, fazem parte do projeto e participam nas comunicações com os miúdos. Diluem-se. Não são crianças, obviamente, mas durante a manhã estão ali connosco. Às vezes, não vêm fazer nada de especial. Ou seja, não vêm com uma proposta específica. Vêm só, o que é espetacular. Acabamos por ter esta ligação escola-família, escola-casa, e aquilo que é uma aprendizagem formal e não formal dilui-se nesta dinâmica em que os miúdos reconhecem na escola um espaço familiar onde toda a gente está. O processo de construção do conhecimento é um processo altamente participado. Os pais não se demitem disto. Tem sido muito interessante", descreve.

Uma escola virada para fora

A relação do espaço educativo com a comunidade, o movimento associativo e as instituições é boa. Este ano, uma vez mais, a autarquia vai disponibilizar uma pista de gelo durante um mês para que as associações e instituições a possam gerir. "Vamos tomar conta da pista por dois dias e a receita reverte para A Voz. Cobramos as entradas, entregamos os patins, limpamo-los e no fi-

nal aquela receita é nossa. É uma iniciativa interessante com forte envolvimento dos pais. Temos também boa relação com o Sporting Clube Lavradiense e com a Associação Norte, entre outras". O ballet é outra das atividades que ocupa os alunos deste espaço educativo. "Ao longo do ano, procuramos também proporcionar outras experiências: temos visitas de estudo, assistimos e fazemos peças de teatro, damos passeios, visitamos muito o mercado municipal. E isto é uma comunidade pequena. As pessoas conhecem-se todas. Temos tido alguma intervenção junto da comunidade procurando dar conta da nossa perspectiva de trabalho. Fomos comemorar o 25 de Abril com a escola da APPACDM. Os meninos cantaram a canção da gaivota, a do povo unido nunca mais será vencido e andaram a distribuir cravos". No ano anterior pedimos um palco, colocamo-lo na rua, em frente à nossa escola, e os alunos do pré-escolar apresentaram os Barrigas e Magriços à comunidade.

Chegados a dezembro, chega também a tradicional festa de Natal para a qual a Associação Norte disponibiliza habitualmente o seu espaço. Como noutros espaços educativos d'A Voz do Operário, são os pais, com o apoio dos funcionários, que organizam o evento. "Eles engendram qualquer coisa. Um espetáculo, uma peça de teatro, escrevem umas canções. No ano passado, fizeram uma dramatização baseada numa história escrita por uma encarregada de educação. Fazem tudo e nós participamos com eles e os miúdos assistem".

Com a proximidade de um novo ano também se avaliam práticas e se perspectiva o futuro. Daniela Cabrita fala em aprofundar práticas, otimizar alguns procedimentos da gestão da escola, "tentando ter uma perspectiva de planificação, quer das vagas, dos espaços, de potenciais obras sempre tendo em vista o progresso, o desenvolvimento do trabalho. Temos um projeto, que é o d'A Voz do Operário, e precisamos que as pessoas percebam qual é o fundamento. Capacitar estes indivíduos para que sejam ativos, interventivos e agentes de mudança para melhor. Os miúdos não vêm cá para passar tempo. Trabalham, pensam, têm uma cultura crítica. E os pais percebem por que fazemos as coisas desta forma". Outra das reflexões encaminha este espaço educativo para implementar a heterogeneidade na creche deixando de haver salas separadas seguindo o projeto iniciado no Espaço Educativo da Ajuda (creche). "Isto exige mais da nossa parte. Vai ter implicações sobre os espaços e o trabalho e vamos ter de analisar e refletir sobre tudo isso", conclui.

Espaço Educativo do Lavradio Berçário, creche e pré-escolar

Alunos: 120 **Funcionários:** 20
Rua Grão Vasco - Quinta dos Lóios
2835 - 440 Lavradio, Barreiro
Horário de funcionamento: 07h15 às 19h00
Telefone: +351 210 811 298
E-mail: lavradio@vozoperario.pt

VENEZUELA



População organiza-se para combater a especulação dos principais armazéns e supermercados do país

O bloqueio que não passa na televisão

A Venezuela que se lê nos jornais não é a Venezuela que se encontra quando se aterra no Aeroporto Simón Bolívar, em Maiquetia. Este mês, cumprem-se 20 anos das eleições que elegeram Hugo Chávez presidente. O que leva a que sofra uma crise económica desta dimensão um país que conseguiu alcançar níveis elevados de acesso à educação, saúde, alimentação e cultura a toda a população? Só em duas décadas, foram entregues 2,4 milhões de apartamentos à população mais pobre. Nos bastidores daquilo que nos chega diariamente à televisão, há um povo que resiste ao cerco económico imposto pelos Estados Unidos e União Europeia.

Bruno Amaral de Carvalho

São 16.25 em Caracas. No Quartel da Montanha, soam os canhões que disparam, pontualmente, todos os dias à hora em que morreu Hugo Chávez há quase cinco anos. É aqui que está o túmulo do ex-presidente venezuelano custodiado de forma permanente por quatro elementos hussardos da Guarda de Honra Presidencial que gritam “Chávez vive, la patria sigue!” invariavelmente sempre que há mudança de turno. Foi a partir deste edifício, donde se pode ver toda a cidade, que, em 1992, Hugo Chávez di-

rigiu uma insurreição militar com a intenção de depor o governo neoliberal de Carlos Andrés Pérez, responsável pela morte de milhares de venezuelanos durante uma explosão social três anos antes. O objetivo não foi alcançado mas seis anos depois o povo venezuelano acabaria por dar-lhe, através das urnas, aquilo que não conseguiu pelas armas, sob a promessa de encetar um processo de profundas transformações sociais e políticas num país afogado em pobreza, apesar de ter as maiores reservas de petróleo do mundo. Os programas sociais, batizados de missões, transformaram a vida de milhões. Foi o caso de Carmen Goitia. Trabalha

como guia no Quartel da Montanha e é primeiro cabo da Milícia Bolivariana, um corpo oficial que integra cerca de meio milhão de civis preparados militarmente para defender a soberania e independência da Venezuela de qualquer agressão externa. “Este país não é o que diz a ultra-direita”, explica à *A Voz do Operário*. “Orgulho-me de ter conseguido licenciar-me através das missões Ribas e Sucre. Hoje, sou licenciada em educação graças ao nosso comandante”. Primeiro, esteve na missão Ribas, programa educativo que beneficiou milhões de adultos das camadas pobres da população que sabiam ler e escrever mas que não haviam

conseguido acabar o ensino básico e secundário. Depois, na missão Sucre, acedeu ao ensino superior onde se formou em educação. Com o processo bolivariano, a Venezuela erradicou o analfabetismo em cinco anos. Mais de 1,8 milhões de pessoas aprenderam a ler e a escrever e, ao contrário de países como Portugal, passou a garantir o acesso às universidades de forma gratuita.

Cozinhar um povo em lume brando

Entre murais chavistas e o verde das montanhas, talvez Caracas seja a mais

bonita das cidades feias. Com cerca de três milhões de habitantes, imponentes edifícios espelham o período de bonança petrolífera nos anos 50. A cidade, localizada num vale, está dividida. No lado oriental, vive a classe alta, no lado ocidental, estão as camadas populares. Também ao redor, nas encostas da cordilheira que separa Caracas do mar, estendem-se importantes favelas. São o coração do chavismo. Carlos Casanueva, chileno que fez parte da Frente Patriótica Manuel Rodríguez, braço armado do Partido Comunista durante a luta contra a ditadura de Augusto Pinochet, diz que é a “trincheira latino-americana da resistência” ao poder dos Estados Unidos. Ao contrário do que espelha a maioria dos órgãos de comunicação social em Portugal, o dia-a-dia capital caribenha transcorre com normalidade. O tempo de espera no metropolitano, principal meio de transporte, é metade daquele a que se está habituado em Lisboa. Distantemente de um país em que se diz haver uma crise humanitária, os principais serviços públicos e o comércio estão abertos. Há jornais e canais de televisão da oposição. Nas ruas, vê-se propaganda de partidos contrários ao governo. Durante a estadia d’*A Voz do Operário* na Venezuela, a imprensa portuguesa noticia que não há gasolina nas estações de serviço e que a maioria dos semáforos em Caracas não funcionam. Nenhuma das informações se revelou verdadeira. Apesar de tudo, há, de facto, uma crise económica com razões internas e externas com consequências graves em alguns setores como o da saúde, como explica Carlos Casanueva. As difíceis circunstâncias que vive a Venezuela hoje são muito parecidas com aquelas que viveu o Chile durante o último ano da presidência de Salvador Allende antes do golpe fascista. “A estratégia do imperialismo é semelhante. Asfixiar este povo em lume brando e vergá-lo para que veja como inevitável a mudança no poder. Aqui há uma guerra económica”, alerta.

Entre as razões para as graves falhas no acesso a determinados produtos no mercado, Eduardo Samán, ex-ministro do Comércio de Hugo Chávez, descreve à *A Voz do Operário* que, historicamente, a economia venezuelana viveu sempre dependente da indústria do petróleo. Nos anos 80, com os tratados de livre comércio entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, a pouca indústria importante existente no país foi praticamente desmantelada pelas políticas de direita. “Hoje, mais de 90% das divisas estrangeiras que entram no país, sobretudo o dólar, devem-se ao petróleo. Não vendemos mais nada”. Mas precisavam de comprar tudo. Produtos básicos de higiene, medicamentos, materiais de construção, peças automóveis, produtos de higiene, entre outros, vêm de fora e, com a queda para mais de metade do preço internacional do barril de petróleo,

caiu também brutalmente a entrada de divisas na Venezuela, dificultando a importação de produtos. Samán reconhece que uma das maiores derrotas do processo revolucionário encetado por Hugo Chávez foi não ter conseguido inverter esse caminho e diversificar a economia para diminuir a dependência externa. Ao mesmo tempo, Carlos Casanueva denuncia que boa parte dos comerciantes, entre os quais muitos portugueses donos de padarias e supermercados, alinhados com a oposição, trataram de aproveitar a situação para especular com os preços dos produtos escondendo parte deles para agravar a escassez e aumentar ainda mais a inflação. Inspirado pela resistência do governo de Salvador Allende à guerra económica desatada pela oposição alinhada com Washington, Nicolás Maduro anunciou em 2016 a criação dos Comités Locais de Abastecimento e Produção (CLAP). No Chile, explica Casanueva, vivia-se uma situação económica igualmente marcada pelo açambarcamento e escassez de alimentos, sabotagem dos sistemas de distribuição e transporte de mercadorias e o caos geral no abastecimento, acompanhados de uma campanha de ódio contra o governo pela imprensa de então, que provocavam mal-estar na população. Foi então que o presidente chileno anunciou as Juntas de Abastecimento e Controlo de Preços (JAP). Na Venezuela, as populações organizam-se em conselhos comunais e elegem os responsáveis pelos CLAP. Quinzenalmente, todas as famílias têm acesso a cabazes com produtos básicos.

Mas às vias alternativas de superar a guerra económica, os Estados Unidos e a União Europeia têm anunciado sanções que dificultam cada vez mais a compra de produtos no estrangeiro. O libanês Ghazi Nasr Al-Din, um dos mais importantes empresários na área da distribuição, acusa Washington de impor um embargo económico à Venezuela impedindo o país de importar e de fazer transações bancárias. “Tenho muitos problemas com bancos no exterior. Raramente conseguimos que aceitem transferências para fazer pagamentos. É muito difícil”, confessa à *A Voz do Operário*.

O pão ao serviço da comunidade

Um quarteirão abaixo do palácio presidencial de Miraflores, na padaria La Minka vários jovens cozem pão enquanto outros o vendem à população. Até 15 de março do ano passado, a padaria chamava-se Mansión Bakery e estava nas mãos de portugueses. Farta dos abusos nos preços, a comunidade decidiu tomar a padaria e pô-la ao serviço de todos. Durante várias semanas, a esquina foi cenário de batalha entre apoiantes da expropriação e a oposição, onde se incluíam os antigos proprietários, mas a vitória foi da população que alterou o modelo produtivo e comercial do estabe-



Manifestação em Caracas

lecimento. À *A Voz do Operário*, um dos responsáveis, José Solorzano explicou as razões. “No pior período da guerra económica, as principais transnacionais, encabeçadas pela companhia mexicana Gruma que domina o mercado do milho e do trigo na América Latina, aliaram-se às padarias privadas para sabotar o abastecimento de pão. A farinha de trigo era em parte subsidiada pelo Estado que começou a exigir controlo nos preços e as padarias começaram a esconder o pão e a especular cada vez mais. Esta gente comprava farinha a preços regulados e vendia-a a preços absurdos. Então, decidimos juntamente com os instrumentos de fiscalização do governo revolucionário fechar esta padaria e passá-la para as mãos do povo”. O jovem conta que há mais de ano e meio que gerem a padaria, agora de propriedade social, e que o pão deixou de ser uma mercadoria e passou a ser um alimento para organizar a população e dar alimento. “A maioria do pão é vendida aos CLAP para distribuição sem haver um intermediário”, conta. O pouco dinheiro recebido serve para financiar atividades sociais, culturais, recreativas e formativas no bairro de Altigracia. “O excedente económico já não vai para os bolsos de um privado mas serve antes para investir socialmente na comunidade com planos de férias para crianças, oficinas de trabalho, formação e atividades artísticas”, descreve Solorzano.

A batalha das fraldas e do papel higiénico

A Kimberly-Clark é um gigante mundial dos produtos de higiene. Detém, entre muitas marcas, algumas conhecidas de todos como os lenços Kleenex, o papel higiénico e guardanapos Scottex e as fraldas Huggies. Em 2016, anunciou que

abandonaria a sua fábrica em Maracay, importante cidade a uma hora e meia de Caracas, deixando cerca de mil operários sem emprego. A pedido dos trabalhadores, Nicolás Maduro anunciou que o governo tomaria as instalações para fazer frente à guerra económica e nomeou José Gregório Hernández para a administração da nova empresa que agora se chama Cacique Maracay. Enquanto *A Voz do Operário* espera pela entrevista com o administrador-geral, um dos rececionistas, com uma deficiência na fala, explica que na Venezuela há uma lei que protege as pessoas com deficiência e que se garante o direito ao trabalho destes cidadãos. O administrador revela que não foi apenas o modelo produtivo que mudou mas também o modelo de gestão: “Os trabalhadores e o Estado assumiram a condução da empresa e já estamos há dois anos e meio sem que a produção tenha parado. A Cacique Maracay é a fornecedora do povo. É ele que trabalha aqui, é ele que distribui e é ele que usufrui. Eu não sou o patrão, sou mais um trabalhador. Temos o papel da responsabilidade da administração, que é coletiva, mas aqui não há a relação trabalhador-patrão. Todo o excedente económico é investido na empresa e nos seus trabalhadores”. José Gregório Hernández sabe que trabalha num setor sensível e que os produtos que esta empresa fornece são os que causam “muita irritação” quando não estão disponíveis. Sobretudo as fraldas. “Uma mãe que não as consiga comprar fica revoltada. É a reacção que estas transnacionais queriam. Esperavam promover uma explosão social”. Apesar do êxito do novo modelo de produção, sabe que as barreiras são muitas. “Temos dois bloqueios. O bloqueio financeiro do imperialismo e o bloqueio da matéria prima. A Kimberly-Clark tem 149 empresas e tenta impedir-nos de continuar a produção. Temos de procurar outras empresas e isso aumenta-nos os custos”. E dá um exemplo: “Tentámos comprar uma máquina no Brasil há três meses. Uma rebobinadora que nos permitiria exportar bobinas semi-elaboradas para as Caraíbas. E não a pudemos trazer porque não a pudemos pagar. Ou seja, todos os bancos intermediários que tentámos usar congelaram-nos as contas e tivemos de tirar de lá o dinheiro. É um problema grave. Eu estive em Cuba no período mais difícil do bloqueio e, agora, sinto que é como se estivesse lá outra vez como quando foram bloqueados por todos os lados. Não podemos adquirir tecnologia, nem matéria prima, nem medicamentos, nem comida. Querem asfixiar-nos. Temos dinheiro mas não conseguimos comprar. Tentam vender no mundo que temos uma crise humanitária. O que temos é uma crise do bloqueio.” Mas como tantos outros venezuelanos é peremptório: “Não nos vão conseguir vencer. Estamos aqui e estamos de pé”.

FERNANDO HENRIQUES

“A privatização dos diferentes serviços no Aeroporto de Lisboa levou à precariedade”

O Aeroporto de Lisboa é uma das principais portas de entrada no país. Só no ano passado passaram pela Portela 27 milhões de passageiros. De acordo com os últimos dados divulgados, trabalham no Aeroporto de Lisboa cerca de 13 mil pessoas que se concentram em três segmentos: transporte aéreo, assistência em escala (handling) e manutenção. A estes há que somar milhares de postos de trabalho indiretos na limpeza, rent-a-car, restauração e comércio. Fernando Henriques, técnico de tráfego de assistência em escala na SPdH/Groundforce de cuja Comissão de Trabalhadores foi coordenador. É dirigente sindical do SITAVA e considera que a atual situação no aeroporto é insustentável.



Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa

Bruno Amaral de Carvalho

Quais são os dados sobre passageiros e mercadorias?

Em 2017, passaram pelo Aeroporto de Lisboa cerca de 27 milhões de passageiros, num total de cerca de 50 milhões em todo o país. Quanto ao tráfego de mercadorias, os últimos números conhecidos (2016) apontavam para 130 milhões de toneladas, 100 milhões das quais em Lisboa, o que é significativo se tivermos em linha de conta que, em 2017, os portos comerciais nacionais não atingiram os 90 milhões de toneladas.

Suponho que o volume de negócios seja elevado. Tem uma ideia de quanto dinheiro é movimentado por ano?

Os últimos dados, de 2016, indicavam mais de cinco mil milhões de euros de proveitos operacionais gerados, sendo metade dos quais referentes ao transporte aéreo, que se traduziram também em mais de 240 milhões de euros em lucros líquidos. Apesar de não haver dados oficiais, estes números aumentaram exponencialmente. Só a ANA obteve 248 milhões de euros de lucros.

Quantas empresas operam no aeroporto?

Estão licenciadas pela Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) mais de 250 empresas nos vários seg-

mentos (assistência em escala, formação, manutenção, transporte aéreo, gestão aeroportuária e gestão do espaço aéreo). Apesar disso, claro que todos temos consciência de que os motores da aviação e aeroportos em Portugal são, sobretudo, o Grupo TAP e o Grupo ANA, que integram várias empresas, às que acrescentaria o Grupo SATA, a NAV e a OGMA.

O que significou a concessão ou a privatização dos diferentes serviços no aeroporto?

Para os trabalhadores tem significado, sobretudo, precariedade. O que acaba por desmistificar a tese da propaganda capitalista que tantas e tantas vezes nos é impingida de que o crescimento traz mais e melhor emprego. O turismo bate todos os meses recordes atrás de recor-

des, o número de passageiros tem subido exponencialmente de ano para ano, e isso tem-se traduzido na criação de postos de trabalho precários, com a agravante de que essa precariedade já não é apenas no vínculo, pois mesmo trabalhadores efetivos têm muitas vezes condições precárias (ao nível do salário, dos horários de trabalho, de transportes públicos para se deslocarem ou de estacionamento para os seus veículos que acabam por ser obrigados a levar). Tudo isso faz com que hoje haja uma grande tendência de rotatividade de trabalhadores, o que traz inevitavelmente consequências ao nível da qualidade do serviço e da própria segurança de todos.

Hoje, temos no aeroporto de Lisboa cerca de 3000 trabalhadores precários, sendo provavelmente o caso mais gritante o dos trabalhadores que assistem os passageiros de mobilidade reduzida (serviço myway). Um serviço criado pela União Europeia para não haver discriminação dos passageiros de mobilidade reduzida e que é o

“A ANA obteve 248 milhões de euros de lucros.”

serviço onde os trabalhadores são mais precários e onde acabam por ser discriminados em relação aos seus colegas da Portway, uma vez que têm condições inferiores. Há trabalhadores com dez anos de antiguidade sempre a receber o salário mínimo nacional, outros com contratos mensais através de empresas de trabalho temporário, etc... aliás, uma das conclusões que claramente se podem tirar é que quem mais ganhou com este crescimento de passageiros através do turismo foram precisamente as empresas de negreiros do séc. XXI, ou seja, as empresas de trabalho temporário.

E quais foram as consequências da venda da ANA?

Em primeiro lugar não podemos nunca esquecer quem é que é a empresa dona da ANA. Estamos a falar de uma multinacional francesa, a Vinci, cuja principal área de negócio é a construção civil. Depois, é importante termos presente também que a Vinci é acionista da Lusoponte, concessionária das pontes sobre o Tejo 25 de Abril e Vasco da Gama. A partir daí, as peças encaixam mais facilmente no puzzle e todos percebemos melhor o que tem acontecido com a gestão dos aeroportos nacionais. Mais uma vez, o governo PSD/CDS entregou um monopólio a um privado, o monopólio manteve-se mas, agora, em vez de servir o desenvolvimento estratégico do país, serve apenas a ganância voraz de um qualquer privado. Consequência disso é a abertura de Lisboa à Ryanair, um caso de estudo na Europa isto de colocar a Ryanair a competir com as companhias tradicionais de bandeira no principal aeroporto do país, também o aumento brutal de taxas, a degradação das condições de trabalho, a degradação das condições para os passageiros e para as empresas que operam nos aeroportos. À Vinci nada disso interessa, apenas a ganância desmedida de sugar mais e mais lucros. Na gíria dos trabalhadores do aeroporto diz-se muitas vezes que a diferença entre o Aeroporto de Lisboa e o Centro Comercial Colombo é que no Colombo não dá para apanhar o avião. Isso acaba por ilustrar bem quais as prioridades da ANA.

Em traços gerais, quais são as lutas mais importantes que estão a ser travadas, por quem e por que motivos.

Em 2013, o SITAVA elegeu como prioridade o combate à precariedade nos aeroportos. Essa precariedade é maior na assistência em escala e na segurança aeroportuária, pelo que é precisamente aí que temos travado as maiores lutas nos aeroportos. Tal como noutros setores, somos vítimas de uma diretiva europeia. E bem sabemos como as diretivas liberais (ou neo-liberais) europeias têm servido para destruir postos de trabalho qualificados, destruir direitos laborais e a contratação coletiva e generalizar a precariedade em nome de uma suposta competitividade. Na prática, esse processo de destruição ocorre nos aeroportos europeus desde 96, ano da famigerada diretiva do handling que obrigava à liberalização. Em Portugal, à semelhança de outros países europeus, os trabalhadores foram as vítimas da liberalização. No setor da assistência em escala, assistimos a mais de uma década de degradação das condições de trabalho, de despedimentos em massa, de proliferação de trabalho temporário, de ataque à contratação coletiva. Nesse sentido, o SITAVA projetou como lutas prioritárias no setor: a criação de um contrato coletivo de trabalho que depois desse condições mínimas básicas a todos os trabalhadores por via da emissão de portarias de extensão. Era fundamental travar mais liberalização que o governo PSD/CDS-PP quis introduzir através de mais uma empresa a operar em Lisboa, o que levaria a mais despedimentos e mais degradação das condições de trabalho. Fizemos um trabalho de base que consistiu em inúmeras audiências com os grupos parlamentares na Assembleia da República e com a Comissão de Economia; uma audição pública promovida pelo PCP que culminou na aprovação de uma resolução apresentada pelo PCP e que continha as nossas principais reivindicações.

No entanto, a passividade do governo levou-nos a apresentar um pré-aviso de greve conjunto (SPdH/Grundforce e Portway) para o handling, em julho de 2016, tendo sido possível assinar, após intensas negociações, um acordo com o atual governo, em que um dos principais pontos era precisamente a anulação do terceiro operador em Lisboa. Em dezembro de 2016, conseguimos também assinar o contrato coletivo de trabalho que veio dar direitos a milhares de trabalhadores a quem não era aplicada contratação coletiva. No entanto, temos consciência de que há um longo caminho a percorrer uma vez que há empresas que continuam a não cumprir esse CCT, designadamente a Portway (que é detida pela ANA), com a cumplicidade das autoridades (ACT e ANAC) e perante a passividade e cumplicidade do próprio governo. Temos desenvolvido várias greves na Portway para fazer face a estes atropelos à lei e aos direitos dos trabalhadores e esse é hoje o nosso principal foco de lutas nos aeroportos nacionais. Para lá da Portway e da assistência em escala, temos lutado também na área da segurança aeroportuária (Prosegur e Securitas), onde tivemos uma greve histórica a 27 de agosto de 2016, fruto da precariedade generalizada destes trabalhadores, ao que se tem seguido uma repressão enorme por parte sobretudo da Prosegur, que tem levado à saída de centenas de trabalhadores cansados por não verem o seu trabalho reconhecido.

Por que faz sentido a luta contra a privatização da TAP?

A privatização da TAP, à semelhança da venda da ANA, foi mais um ato criminoso lesa-pátria cujas consequências, como sempre acontece, sobrarão para o país e para os portugueses. Não houve nenhuma decisão tomada pela administração privada da TAP que não

pudesse ser tomada por uma administração pública. As decisões estratégicas, como sempre acontece nestes processos, são tomadas em função do interesse dos acionistas privados e não do interesse público e essa é sempre uma fatura que se paga cara, mais cedo ou mais tarde. Por isso, faz sempre sentido lutar contra esse modelo de beneficiar meia-dúzia de capitalistas em prejuízo do país e do povo.

Diz-se que o Aeroporto Humberto Delgado já excedeu a sua capacidade. Há a proposta de construção de um novo aeroporto no Montijo. É a melhor solução?

Mais uma vez, temos que analisar o que está a montante. Por um lado, o fato de a ANA ser detida por uma multinacional da construção civil, interessada na construção de um novo aeroporto e de uma nova travessia sobre o Tejo. Por outro lado, o facto de a Vinci ter trazido a Ryanair para Lisboa em 2013 para, pouco tempo depois, se começar a falar no esgotamento do aeroporto. Esta é uma questão complexa que tem sido abordada, como é habitual em Portugal, de forma simplista e superficial. Há um conjunto de questões que deviam ser respondidas antes de se tomar qualquer decisão, nomeadamente: Olhando para toda a área do Aeroporto de Lisboa, há ou não espaço para o aeroporto crescer e se organizar de forma diferente? Foi ou não estudada essa possibilidade? Por Lisboa passaram em 2017, cerca de 27 milhões de passageiros, na sua maioria turistas para a Grande Lisboa. Com esses números, aquilo que quem mora ou trabalha em Lisboa facilmente constata é que a cidade se está a tornar num inferno, seja para quem mora ou quer morar (fruto da especulação imobiliária), seja para quem trabalha. A Grande Lisboa tem graves problemas ao nível de mobilidade. Não há, já hoje, oferta suficiente de transportes públicos, sejam eles quais forem e as condições de circulação automóvel e de estacionamento na cidade são cada vez piores. Não há capacidade de resposta, já hoje, do ponto de vista de infraestruturas. A pergunta que se impõe é: se essa é a realidade hoje,

“Temos no aeroporto de Lisboa cerca de 3000 trabalhadores precários.”

em Lisboa, com 27 milhões de passageiros, o que é que se espera da cidade quando se atingirem os 50 milhões projetados pela solução do Montijo? Que oferta haverá ao nível dos transportes públicos e da mobilidade? E das infraestruturas? O governo antes de tomar a decisão analisou esta realidade? Estudou soluções? A nós o que nos parece é que não. E mais uma vez se está a ceder aos lóbis do betão e do turismo, ficando os interesses da região e do país em segundo plano.

Ainda assim, sempre diremos que, seja no Montijo, seja em Alcochete, em Lisboa ou outro sítio qualquer, é imperativo que o aeroporto seja um local de trabalho com condições dignas, com trabalhadores com direitos e com estabilidade. Só assim estarão reunidas as condições para que haja crescimento sustentável, com qualidade e duradouro, de forma a que Lisboa não seja apenas uma moda que, quando passar, deixe para trás um rasto de mamarrachos.

MARTIM MONIZ

População contesta novo projeto da autarquia

O projeto de remodelação da Praça do Martim Moniz recebeu a oposição da população na sessão de apresentação do plano, terça-feira, 20 de novembro, num salão do Hotel Mundial. Os moradores, sobretudo da freguesia de Santa Maria Maior, mobilizaram-se em força mesmo tendo a Câmara Municipal apenas revelado a data e o local nessa mesma manhã através da comunicação social. Manuel Salgado, vereador do Urbanismo na autarquia, e os promotores privados assistiram à revolta de moradores, autarcas e dirigentes associativos com um projeto que pretende vedar a praça e renovar o recinto substituindo os atuais quiosques por contentores. Na reunião, que decorreu num ambiente tenso, Marta Silva, do Largo Residências, questionou a autarquia: Quantas pessoas, associações e entidades foram auscultadas para o desenho do projeto que é agora apresentado? À *A Voz do Operário*, o arquiteto Tiago Mota Saraiva afirmou que a estratégia para a cidade está dominada pelo mercado financeiro e que com esta contestação é provável que a autarquia possa fazer um recuo tático no Martim Moniz enquanto aplica a mesma lógica no resto de Lisboa. Apesar das críticas, Manuel Salgado, vereador do Urbanismo, que prometeu dar nota do descontentamento à restante vereação, afirmou que não promete nada. Numa recente reportagem, *O Corvo* noticiou que Fernando Medina admite alterar o projeto. Diz a página de notícias de Lisboa que o plano de renovação da zona central da Praça Martim Moniz tem sido muito criticado, mas o presidente da Câmara de Lisboa garantiu, em reunião pública de câmara, que a concessionária está disponível a ouvir as propostas da comunidade e até a alterar o



Projeto para remodelar o Martim Moniz

projeto. Na zona, porém, há quem considere que a praça já sofreu transformações em demasia e critique as constantes intervenções no espaço público. “Talvez já seja de mais”, criticou um comerciante ouvido por *O Corvo*. A contestação da população de Lisboa às opções da Câmara Municipal é cada vez maior. Em junho, os tribunais suspenderam a construção do Museu Judaico em

Alfama a pedido da Associação do Património e da População de Alfama (APPA). Em setembro, o presidente da autarquia afirmou não daria luz verde ao projeto de construção de um prédio de habitação projectado para a Calçada do Monte, se se verificar que prejudica o sistema de vistas do Miradouro de Nossa Senhora do Monte, na Graça.



...Planos ou “loteamentos”

Que diferença há entre um Plano (de Pormenor) e um “loteamento”?

Diz a lei que o Plano de Pormenor “desenvolve e caracteriza em detalhe a proposta de ocupação de qualquer área municipal estabelecendo regras sobre a implantação de infraestruturas, o desenho dos espaços de utilização colectiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação, a inserção urbanística dos equipamentos de utilização colecti-

va e a organização espacial das demais atividades de interesse geral”.

Diz também a lei que “uma operação de loteamento tem por objeto ou efeito a constituição de um ou mais lotes destinados imediata ou subsequentemente à edificação urbana”.

O “loteamento” é um ato notarial, o Plano de Pormenor é um ato exigente sob o ponto de vista político, técnico, social e inclusivamente artístico que, com essa ou outra designação, deixou marcas notáveis no corpo da cidade de Lisboa – no terreiro do Paço e na Baixa Pombalina, em Alvalade, nos Olivais, em partes do Restelo ou de Chelas, em Telheiras ou no Parque das Nações.

É por tudo isto que se vê com apreensão que a Câmara Municipal de Lisboa loteie e venda a retalho os terrenos da antiga Feira Popular:

...são 4 lotes onde será permitido construir 139 000 m2 de escritórios, 14 000 de comércio e 34 000 de “habitação de qualidade” (obviamente! Porque no século XXI não será admissível construir habitação sem qualidade...querer-se-á dizer de luxo?)

Não é, aliás, nem elucidativo, nem atrativo, tanto na escrita como na imagem a forma como em aparatosas policromias o empreendimento é apresentado

aos cidadãos:

“serão 9 edifícios independentes” e um pequeno jardim (um canteiro, como diria Ribeiro Teles), ao longo da Avenida da República.

Não há nada que relacione tudo isso, nem um tecido conjuntivo que os ligue ou uma forte ideia base de composição urbana.

Tanto lá poderão vir a ser construídas 9 Amoreiras, como 9 Colombos, como 9 Parques dos Príncipes, como 9 Torres de Lisboa, como 9 “Twin Towers” ou como 9 edifícios das Picoas. Tudo isto mencionado a título de exemplos e sem desprimores...

Esquece-se que numa cidade, com as características de Lisboa, mais importante que “edifícios independentes” é a relação que o casario estabelece entre si, através das ruas, das praças, das alamedas, dos jardins, dos miradouros e de tudo mais...

Por este andar tudo será igual a tudo o que o “mercado imobiliário” planta por essa Europa fora e lá se vai a “Lisboa Única” ...

...Uma mexerufada – disse um velho a olhar para o anúncio de 4 grandes páginas, sentado num banco de jardim do meu bairro...

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosDeixar degradar
para privatizar

As notícias são muitas.

O pesadelo que os utentes dos transportes públicos sofrem diariamente também.

Quem se desloca a Lisboa no seu dia a dia confronta-se com constantes supressões de comboios e barcos, a que se somam as longas esperas e as tão famosas “perturbações” no metropolitano.

A realidade é conhecida de há muito e o seu agravamento também.

Os investimentos em comboios ou barcos arrastam-se em anúncios para os jornais, tal como a contratação dos trabalhadores necessários ao funcionamento dos serviços, sejam para a reparação sejam para a exploração.

Tiram-se peças de veículos a aguardar reparação para conseguir que outros circulem.

Num panorama destes lemos que o Metropolitano de Lisboa em outubro só tinha concretizado 10% do seu orçamento de investimentos.

Se os jornais nos vão informando de agravamentos da situação, os contatos pessoais e as chamadas redes sociais, para onde tantos descarregam sua indignação, ajudam a completar o cenário.

Será uma maldição a que não é possível escapar?

Será que só gente incompetente é nomeada para dirigir estas empresas?

Todos os ministros desta área são incapazes?

Claro que não!

Trata-se de um plano bem dirigido politicamente para criar um clima generalizado de descontentamento que crie a recetividade às privatizações.

Cria-se o desespero e quando se consideram as condições criadas aparece a fórmula salvadora.

É assim que se geram os agora chamados populismos, que vêm sendo promovidos no setor de transportes.

A fórmula é a mesma, apenas o objeto é diferente.

Este governo já privatizou a TAP e a CP Carga, fazendo o caminho para outros segmentos de atividade.

Para disfarçarem o conteúdo, também fazem as concessões, cujo resultado é o mesmo, ou seja, os orçamentos públicos a pagarem para seja garantido o conforto e a estabilidade daqueles a quem são entregues os negócios.

Esta tática de provocar a degradação dos serviços para criar o ambiente de aceitação da entrega aos privados, leva sempre a haver dinheiros canalizados dos bolsos dos contribuintes para os dos que passam a gestoras do sistema.

Rego Mendes

PORTO DE SETÚBAL



Estivadores bloqueiam entrada no Porto de Setúbal

Governo fura paralização
dos estivadores

Cheira a revolta. São sete da manhã na entrada do Porto de Setúbal e há uma mancha alaranjada que se confunde com o raio do dia. Centenas de estivadores, com o apoio da população, erguem uma barreira humana com o objetivo de impedir o embarque de cerca de dois mil carros fabricados na Autoeuropa. À espera, está o Paglia, atracado há poucas horas, sem qualquer registo no sistema, como se fosse um navio fantasma. Estes homens e mulheres que trabalham diariamente no Porto de Setúbal, alguns há mais de 20 anos, são contratados e despedidos todos os dias num regime de absoluta precariedade. Cerca de 90%, não tem qualquer vínculo com os operadores portuários, nem quaisquer direitos além do salário que auferem, e são contratados ao turno, apesar de exercerem a atividade praticamente todos os dias. No dia 27 de outubro, a Operestiva, empresa de trabalho portuário de Setúbal, e a Sadoport tentaram celebrar um contrato de trabalho sem termo com 30 dos 93 trabalhadores “eventuais” em causa, mas apenas dois aceitaram as condições propostas. É por isso que não comparecem ao trabalho desde 5 de novembro, em protesto, situação que deixa o Porto de Setúbal praticamente parado. Um dos estivadores confessou à *A Voz do Operário* que nunca sabe se vai ou não ser contratado no dia seguinte e que isso faz da sua vida um inferno de incertezas. É como se fosse uma antiga praça de jorna à beira do mar.

Se não houvesse outra evidência da importância estratégica destes trabalhadores, a paralização que afeta esta estação marítima impediu o escoamento da produção automóvel da fábrica Autoeuropa de Palmela. Fartos da precariedade, mostram-se indignados com a postura do governo liderado por António Costa. Uma semana depois de a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, ter garantido à comunicação social que o executivo nada podia fazer em relação a estes trabalhadores, por esta ser uma questão entre eles e as empresas de trabalho portuário, o Porto de Setúbal amanhece cheio de polícia de choque para ajudar a Autoeuropa com o recurso a trabalhadores externos. Enquanto filma com o telemóvel a tensa chegada da camioneta escoltada por motorizadas e carrinhas po-

liciais, António Mariano, presidente do Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística (SEAL), denuncia à *A Voz do Operário* que são pessoas sem qualquer preparação e que vão receber “cerca de 500 euros por três dias de trabalho”. Quando a caravana da PSP começa a descer o viaduto, os insultos sobem de tom e centenas de trabalhadores largam baías pelo caminho antes de bloquearem a estrada que dá acesso à doca. Entre os estivadores, que entretanto se sentaram no chão, uma mulher que aparenta ter cerca de 60 anos levanta-se e dá voz à indignação. É mulher e é mãe de estivadores. Não aceita que o governo trate os trabalhadores como criminosos. Trata-se, diz, de não quererem deixar que outros roubem o pão dos seus filhos. Entre os que a ouvem e a voz de quem conviveu a vida toda com a estiva, escuta-se o passo de dezenas de agentes da polícia de choque armados de escudos e cassetetes. À frente da camioneta, um dos fardados enverga uma *shotgun*, enquanto os trabalhadores, sentados, de braço dado, questionam quanto é que terá gasto o governo nesta operação policial para proteger os interesses da Autoeuropa e da Operestiva. Entre os trabalhadores, encontram-se sentados, de forma solidária, os deputados Bruno Dias e José Soeiro, do PCP e do BE, respetivamente. Foi o PCP, aliás, que dias antes havia acusado o governo de orquestrar um plano para furar a greve destes trabalhadores precários. Numa pergunta dirigida ao executivo, o grupo parlamentar comunista denunciou que, com a participação do governo, tentou-se recrutar estivadores em Aveiro assegurando-se “transporte, dormida, escolta de segurança pública, e salário a informar atempadamente”. Os trabalhadores portuários de Aveiro recusaram em solidariedade com os seus companheiros de Setúbal. Mas na inauguração das instalações de uma empresa em Santo Tirso, o ministro-adjunto e da Economia, Pedro Siza Veira, havia já garantido à *Agência Lusa* que o governo estava em contato com a Autoeuropa “no sentido de assegurar que as necessidades de escoamento da produção” continuariam a ser satisfeitas. E assim foi. Uma hora de resistência depois, a polícia de choque arrancou os estivadores, um a um, e abriu caminho à camioneta.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprovado último OE da legislatura



Milhares de trabalhadores enchem Avenida da Liberdade

Três anos depois das eleições que ditaram a derrota da coligação PSD/CDS-PP e das suas políticas, o PS, PAN, BE, PCP e PEV aprovaram o terceiro Orçamento do Estado (OE). Depois do intenso debate na especialidade, acompanhado de muitas propostas, algumas delas aprovadas e outras rejeitadas dentro da aritmética parlamentar, chegou a hora do balanço. À direita, o PSD acusou o governo de apresentar um documento “mentiroso” cujas contas serão manipuladas posteriormente por via das cativações, denunciou o deputado e vice-presidente da bancada laranja Adão Silva. A ex-ministra das Finanças de Pedro Passos Coelho, Maria Luís Albuquerque, qualificou a proposta como um conjunto de “opções políticas erradas”. Já a líder do CDS-PP disse ser “pior do que no tempo da troika”. Já António Costa declarou que “valeu a pena” o entendimento entre o PS, PCP, PEV e BE uma vez que trouxe “estabilidade” ao país, “normalidade” constitucional e “recuperação”. O primeiro-ministro sugeriu ainda a ideia de que os portugueses hoje confiam mais na União Europeia (UE). À esquerda, Jerónimo de Sousa criticou justamente os constrangimentos que o governo PS “impõe a partir das suas opções e compromissos com o grande capital, o euro e a UE”. Apesar de essas linhas marcarem a fronteira para mais avanços, os comunistas consideram que “não se pode desvalorizar” o que foi alcançado e que isso é inseparável da luta dos trabalhadores e da intervenção do PCP. Do lado do BE, Catarina Martins afirmou que este OE “deu passos relevantes” mas reconheceu também que, “em demasiados pontos, ficou aquém do que seria necessário e possível”. O PEV defendeu que tudo isto só foi possível porque o PS não tem maioria absoluta.

Quatro dias antes da manifestação nacional da CGTP, Arménio Carlos afirmou essa ideia no X Congresso da União dos Sindicatos de Leiria. “Todas as maiorias absolutas que tivemos até hoje, protagonizadas algumas vezes pelo PS, outras pelo PSD/CDS, viraram-se contra os trabalhadores, independentemente de terem votado nesses partidos ou não. Todos foram prejudicados. Após esta experiência, o governo é obrigado a negociar com os partidos à esquerda”, salientou. O secretário-geral da CGTP afirmou ainda que esta solução demonstrou que era possível “repor rendimentos e direitos” e pressionar o PS de modo a que “ataque os grandes problemas estruturais da legislação de trabalho, da renegociação e reestruturação da dívida e ainda procurar uma maior coesão económica, social e territorial do país”. No protesto nacional que reuniu milhares de trabalhadores de todo o país na Avenida da Liberdade, em Lisboa, por melhores condições de vida e trabalho, os trabalhadores aprovaram uma resolução em que se denuncia que é preciso combater as injustiças e as desigualdades. O documento começa por afirmar que “é necessário e possível ir mais longe, mas o governo PS, por opção própria, no que é estrutural converge e alia-se com o PSD, o CDS e o grande capital, mantendo profundas injustiças e desigualdades”. Para além de denunciar a precariedade, “a resolução aponta também o dedo ao aprofundamento da desregulação dos horários de trabalho, à intensificação dos ritmos de laboração, à redução do valor e ao não pagamento do trabalho extraordinário, nocturno e por turnos, em dias feriados e de descanso semanal, recorrendo a adaptabilidades, bancos de horas e horários concentrados que impedem a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar”.

A VOZ dos livros



3 Romances de Manuel Dias Duarte

A escrita de Manuel Dias Duarte, função que conta já com mais de uma dezena de títulos de ficção, dos quais destaco *Pedra da Lua*, *Don Giovanni em Lisboa* e *Angelina, uma mulher do povo na 1ª República*, assenta em 3 vertentes principais: o histórico, onde avulta a atmosfera política e social dos finais do século XIX; a 1ª. república e o período do Estado Novo; a pulsão operática, sobretudo na incursão que Dias Duarte reconstrói sobre os libretos de *Don Giovanni* e do *Werther* de Edouarde Blau e Paul Milliet, é uma viagem reconstrutiva e actual sobre o romance de Goethe *O Sofrimento do Jovem Werther*. A terceira vertente que se inscreve no imaginário ficcional do autor, e terá a melhor e mais afirmativa relevância na sua escrita, tem a ver com a forma como as personagens femininas atravessam estas ficções, como ele as constrói, ou reconstrói, e como elas tomam conta da ficção e nela crescem dominadoras e absolutas. A Mulher, na obra ficcional de Dias Duarte não é submissa ou mero adereço de retórica: elas conduzem e estabelecem a acção, os incidentes e o desenvolvimento da diegese. São personagens de corpo inteiro e, mesmo matreiras como Zerlina, o autor sabe tratar essas mulheres com enorme sensibilidade e pudor: nem o mais rigoroso romantismo tratou a Mulher com o deslumbramento rendido, mesmo quando crítico, como Dias Duarte o faz. E não será por acaso, ou mera especulação antropológica e intelectual, que o seu labor oficial produziu uma obra singular: *História de Portucália. Uma História de Portugal no Feminino*.

Temos, portanto, o plano histórico, a grande cultura musical e a mulher (e o amor, obviamente) como traves mestras desta ficção.

Permitam-me, neste texto breve, recomendar-vos 3 romances de Manuel Dias Duarte centrados na figura central da Mulher, a começar por *Angelina, uma Mulher na 1ª República*; *Don Giovanni em Lisboa*, plenitude do desvario promíscuo à século XVIII, o intricado do jogo, um libreto a construir-se em sobrepostas margens, em linguagem ágil, certa, com todos os condimentos do romance contemporâneo, do drama jocoso e do barroco, e a notável intertextualidade de *O Professor Simão Botelho*. Um gozo.

Um autor a descobrir, ou a reler, obviamente.

Don Giovanni em Lisboa, Edição Cosmos; *Angelina, Uma Mulher na 1ª República*, Edição Fonte da Palavra; *O Professor Simão Botelho*, Edição Fonte da Palavra.

Domingos Lobo

EFEMÉRIDE

Há 60 anos, a grande campanha do “general sem medo”



Campanha presidencial de Humberto Delgado

Vitor Dias

1. Longe, muito longe, de poder ser considerada uma mera nota de rodapé na história contemporânea de Portugal, a campanha democrática nas “eleições” presidenciais de 1958 merece ser lembrada e evocada como uma das maiores e mais exaltantes jornadas da luta antifascista sob a ditadura salazarista, talvez aquela em que mais amplamente se expressou um poderoso sobressalto democrático de massas e uma vontade nacional de mudança e em que, correspondentemente, o regime fascista mais sentiu o seu isolamento e mais terá temido pelo seu futuro.

Com efeito, a campanha do general Humberto Delgado, em torno de cuja candidatura se uniram na parte final todos os sectores da oposição antifascista, merece ficar registada como um excepcional momento de determinação, coragem, mobilização e esperança colectivas, defrontando uma ditadura brutalmente repressiva e, portanto, afrontando as intimidações, violências, prepotências, discriminações e ameaças de que o regime fascista sempre usou e abusou.

2. Naturalmente que a emergência de momentos e batalhas como as presidenciais de 1958 não podem ser atribuídos apenas a uma personalidade dado que são inseparáveis da respectiva conjuntura social, económica e política. Mas, ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que o carisma, a figura e a personalidade do general Humberto Delgado, de uma óbvia singularidade e novidade em termos de candidatos presidenciais da oposição, desempenharam um papel assinalável em termos

da mobilização, do apoio popular e da esperança que a sua campanha suscitou e protagonizou.

Entre outros aspectos, para isso terão contribuído a circunstância de se tratar de um militar e de um general no activo, vindo das próprias fileiras do regime, o facto de ter um discurso e uma linguagem sem dúvida pouco elaborados politicamente mas muito directos, determinados e combativos e o facto central de, perguntado em conferência sobre o que faria com Salazar se ganhasse as eleições, ter respondido com o célebre “Obviamente, demito-o!”.

3. Por mais insólito que isso possa parecer hoje, a verdade é que, em torno das “eleições” presidenciais de 1958 e da intervenção da oposição democrática, longe de se ter verificado qualquer rápido entendimento ou convergência de opiniões no campo democrático, bem pelo contrário manifestaram-se profundos conflitos e divergências que, incidindo naturalmente sobre o candidato a escolher ou a apoiar, derivavam substantivamente concepções muito diferenciadas sobre a tática e a estratégia do combate e da luta antifascistas.

Na verdade, os anos 50, por influência determinante do quadro internacional da guerra fria, foram muito marcados pela prevalência em sectores e personalidades oposicionistas de um ostensivo propósito de isolar o PCP e de apostar sempre nas intrigas palacianas dentro do regime ou no *putschismo* militar, com o correspondente desprezo pela luta de massas, pelo reforço e estabilidade organizativos da oposição e pelos imperativos de uma real e vasta unidade democrática.

É a esta luz, e portanto num contexto de enormes dificuldades políticas, que tem de ser vista a decisão do PCP de, coincidindo com as reservas de numerosas

personalidades democráticas, não apoiar inicialmente a candidatura do general Humberto Delgado e ter vindo a promover a apresentação (precisamente em A Voz do Operário) do dr. Arlindo Vicente, um cidadão íntegro e de esquerda, incomparavelmente comprometido com a luta pela conquista de um regime democrático e cuja campanha desempenhou um importante papel sobretudo nas zonas de maior influência do PCP.

4. Como é sabido, a vasta mobilização popular em torno da candidatura do general Delgado e as garantias democráticas que foi crescentemente dando nesse período confluíram de forma determinante para a assinatura do chamado “pacto de Cacilhas” entre as duas candidaturas, conduzindo à desistência de Arlindo Vicente e ao solene compromisso do general Delgado de, em caso de vitória, assegurar “condições imediatas de aplicação do Art.º 8º da Constituição”; “o exercício de uma Lei Eleitoral honesta”; a “realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu Governo”; a “liberdade dos presos políticos e sociais” e “medidas imediatas tendentes à democratização do País.”

5. Também como é conhecido, as presidenciais de 1958 saldaram-se por uma monumental burla eleitoral e levaram a que o regime fascista acabasse com as eleições directas para Presidente da República e a vingança definitiva do fascismo contra o general Delgado seria consumada em Espanha, em 13 de Fevereiro de 1965, com o seu assassinato por uma brigada da PIDE. Mas essa poderosa campanha e esse corajoso combatente ocupam um lugar honroso na história da luta do nosso povo pela liberdade e pela democracia.

EUROPA



Marcha da extrema-direita polaca em novembro de 2017 (Créditos / infobae.com)

Para onde vamos, Europa?

Maurício Miguel

Em Maio de 2019, há eleições para o Parlamento Europeu. No debate que atravessa a União Europeia (UE) e que vai tendo cada vez mais eco nacional, há uma questão transversal que, pela sua importância e complexidade, importa analisar: o crescimento das forças de extrema-direita e fascistas e a forma como esse perigoso desenvolvimento afecta o futuro do nosso país, da UE e da Europa. Há quem, da instabilidade que vai pautando a situação internacional, faça uma amálgama de situações, projectos e posicionamentos diferentes e, em alguns casos, antagónicos, e nelas veja apenas o (real) crescimento das forças de extrema-direita e fascistas. Haverá um foco comum na acção e no posicionamento de países como os EUA, a China, a Rússia, a Venezuela, o Irão e a UE? Pode haver algum grau de unidade entre quem impõe, unilateralmente, sanções económicas (ou bloqueios) e quem delas seja vítima (cujos efeitos recaem, sobretudo, sobre os povos). Podemos comparar o poderio militar de cada um destes países e o uso que dele é feito

(veja-se, por exemplo, a rede de bases e de forças militares dos EUA espalhadas pelo mundo por oposição aos demais). Podemos comparar quem se coloca do lado da legalidade internacional e quem a viola quando esta não corresponde aos seus interesses (por exemplo no caso da imposição da zona de exclusão aérea à Líbia, na inação frente à continuada agressão de Israel à Palestina, na continuada imposição do bloqueio a Cuba, apesar da reiterada condenação pelos países na Assembleia-Geral da ONU).

Independentemente da debilidade da argumentação, o seu perigo decorre da fatalidade que, segundo os seus defensores, acarreta (para lançar o medo?), assim como a conclusão: apesar dos defeitos reconhecidos, a UE é o baluarte da paz e do progresso mundial. As forças e protagonistas que defendem esta tese serão defensores da democracia e do progresso e todos os outros serão, depreende-se, nacionalistas e ou fascistas?

Outro dos argumentos utilizados invoca a situação portuguesa como modelo de onde se retiram diversificadas conclusões, na maior parte das vezes sem correspondência na realidade. Há os favoráveis ao engenho político encontrado,

considerando apenas as suas virtudes (que tem), não referindo ou desvalorizando os problemas graves que se acumulam: o país tem uma dívida pública impagável (130% do PIB) e gasta em juros 7 mil milhões de euros por ano - mais do que o orçamento da educação e muito mais do que aquilo que recebe todos os anos da UE; tem um défice da balança comercial cuja estrutura produtiva actual não parece ser capaz de ultrapassar; as infra-estruturas estão em degradação; predominam as relações de trabalho precárias, mal pagas e sem grande futuro; os serviços públicos estão profundamente degradados e as funções sociais do Estado são mal asseguradas - ou não são; e o investimento público é o mais baixo de décadas. Destas evidências retiram uma conclusão: é possível outra política dentro do euro e da UE; uma política diferente do programa antes levado a cabo pelos UE/FMI (protagonizado em Portugal pelo PSD/CDS). Impõe-se aqui uma pergunta: que consequências advirão para um país como Portugal de se atribuírem mais poderes à UE e ao euro, quando temos vindo a ser ameaçados por haver uma maioria na Assembleia da República que se atreveu a exercer as atribuições que lhe estão

conferidas pela Constituição da República Portuguesa e o mandato dado pelo povo, aumentando o salário mínimo, diminuindo impostos, devolvendo parte das remunerações dos trabalhadores e dos reformados, e atribuindo alguns novos direitos - contrariando as medidas e o sentido do programa UE/FMI? E outra pergunta: pode-se cortar o passo ao fascismo despidendo os países de competências até aqui da soberania nacional para assim impedir políticas de progresso e justiça social, como é defendido pelas propostas da chanceler alemã, do presidente francês ou do chamado cinco presidentes da UE, sabendo-se como esse rumo (federalismo) tem levado a uma inusitada concentração da riqueza e à sucessão de crises que tenderão a novas eclosões ainda mais perigosas; situação que no passado levou ao apoio dos grandes grupos económicos ao fascismo? De onde virão portanto os imensos meios de propaganda que dão, ao mesmo tempo, força às propostas da UE e às forças fascistas? E outra pergunta, não é o caminho de crescente limitação da liberdade sindical e do direito de greve a favor da "livre concorrência" que pela mesma ou por diferentes vias a UE e as forças fascistas querem trilhar - como o fizeram historicamente?

Há ainda os que vêem chegado o momento para aproveitar o antes referido crescimento das forças de extrema-direita para entrar na onda de perseguição às ideias de progresso e justiça social e aos seus protagonistas, sobretudo às forças de esquerda e comunistas - atente-se ao que dizem e escrevem, por exemplo, dirigentes do CDS - apostando ou não colocando em causa o rumo de aprofundamento da integração na UE e no euro, como o partido de Victor Orbán, primeiro-ministro da Hungria.

E não faltam falsas eleições, como a do presidente da Comissão Europeia, que na realidade não será eleito mas talvez dê ares democráticos a um processo que cauciona as políticas antes referidas e abre caminho para eleições "verdadeiramente europeias" para o Parlamento Europeu no futuro, quando, em vez de eleger deputados de cada país, se avançar para listas transnacionais, ou seja, em vez de elegermos deputados portugueses (já só elegermos 21), passaremos a votar em alemães, franceses, italianos ou espanhóis, cujos, pela lei das probabilidades (maior população, reconhecimento internacional, etc), terão mais hipóteses de ser eleitos.

Por fim, não querendo precipitar conclusões, não posso deixar de assinalar ainda como a direita e a social-democracia estabelecem, apesar das contradições, um grau de compromisso com forças de extrema-direita na direção da UE e com as decisões aí tomadas, o que desmente a sua defesa de um processo de desintegração.

CINEMA

Morre Bernardo Bertolucci, o realizador de 1900



Fotograma de 1900: trabalhadores agrícolas tentam impedir despejo

Bruno Amaral de Carvalho

Há intelectuais que, apesar das suas contradições, deixam obras que ajudam a descodificar a história. Importa recordar Bernardo Bertolucci, um dos mais importantes realizadores do cinema italiano, que faleceu na semana passada aos 77 anos. Quando realizou o *1900*, em 1976, a Europa acabava de assistir à derrota do fascismo que havia sobrado no sul do continente, depois da 2.ª Guerra Mundial. Então, a revolução de Abril dava mais mundos ao mundo do que outras epopeias tristemente célebres. Hoje, quando o capitalismo volta a ameaçar os trabalhadores e os povos com a violência fascista, importa rever uma e outra vez o magistral *1900*. São quase cinco horas e meia numa vertigem que sintetiza a história do fascis-

mo em Itália que, como em Portugal, foi a ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários para impedir a emancipação da classe trabalhadora. É a história de duas crianças que nascem no mesmo dia no início do século. Uma (Gérard Depardieu) é filha de um operário agrícola e outra é filha (Robert de Niro) do latifundiário, interpretado por Burt Lancaster (Alfredo). Nesse mesmo ano, é concluída a famosa pintura *Il Quarto Stato*, de Giuseppe Pellizza da Volpedo, com que inicia o filme épico. Paralelamente, o enredo revela a história das classes sociais a que cada um pertence e de como uns se unem ao Partido Comunista Italiano e outros ao fascismo. Igualmente importante para os dias de hoje é a mensagem final de que a Libertação, em 25 de abril de 1945, não significou a derrota definitiva do fascismo e do capitalismo. Dividida em dois atos, a película, baseada na dialética dos contrários,

trata de forma brilhante a questão da luta de classes, ao som da banda sonora de Ennio Morricone.

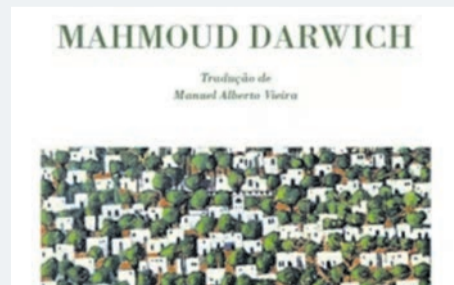
O filme retrata também a progressiva mecanização do campo com a substituição do arado e dos animais pelo trator. Explora a evolução do papel do latifundiário desde o tempo em que tinha de negociar com os trabalhadores devido à crescente organização sindical ao período fascista em que delega a gestão a capatazes violentos e cruéis como Attila (Donald Sutherland). A infância dos protagonistas coincide com a emergência do movimento operário, a adolescência com o surgimento da luta camponesa, a maturidade com a derrota do fascismo e a velhice com o triunfo do atual regime em que vivemos. Bertolucci analisa ainda outros temas como a crueldade dos ‘camisas negras’ fascistas, a precocidade do sexo num mundo agrícola, as condições dos trabalhadores do campo e o papel da mulher no trabalho. O filme teve tal impacto que em Itália houve inúmeras famílias de esquerda que deram o nome do protagonista comunista aos seus filhos, Olmo.

Uma vida ao serviço do cinema

Antifascista convicto, nasceu em Parma durante a 2.ª Guerra Mundial, num ambiente artístico. O pai, Attilio Bertolucci, poeta, reputado historiador de arte e crítico de cinema, ajudou Pier Paolo Pasolini a publicar a sua primeira novela e o génio da literatura e do cinema contratou Bernardo para seu assistente, em 1961, no filme *Accattone*. No ano seguinte, estreava-se na realização do primeiro filme. *La Commare Secca* é a adaptação para cinema de um conto escrito por Pasolini. Bertolucci tinha, então, 21 anos. Em 1964, realiza *Antes da Revolução* já com banda sonora de Ennio Morricone. Quatro anos depois escreve com Dario Argento e Sergio Leone *Era uma vez no Oeste*, um dos mais aclamados *westerns* da história. Com os três filmes seguintes, Bernardo Bertolucci escreve algumas das páginas mais importantes da sua história. Primeiro, com *O Conformista* em que retrata as contradições e o oportunismo da pequena-burguesia durante o fascismo italiano. De seguida, com o polémico *Último Tango em Paris* que dispensa grandes apresentações. E, finalmente, com o *1900*. Produziu ainda grandes obras como *O Último Imperador* e *Os Sonhadores*.

Sugestões culturais:

Na Presença da Ausência,
Mahmoud Darwich, edição *Flâneur*



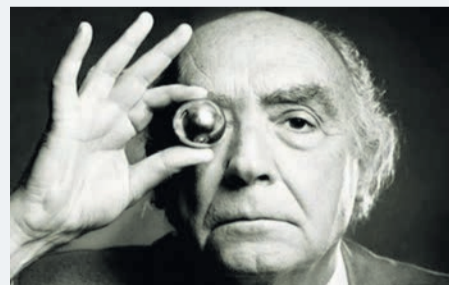
A livraria portuense edita o seu segundo livro, desta feita a obra do escritor palestino Mahmoud Darwich. A obra “transita entre géneros, mescla-os, manipula-os, e faz-se num edifício que desafia a própria noção de género, ancorado no desígnio primeiro de «celebração da estética da linguagem».”.

Fantasia,
CCB, 28 dez. 16h



O Belém cinema leva ao Grande Auditório do CCB o clássico da Disney de 1940. O filme será exibido numa versão digital restaurada. “Nesta deslumbrante experiência de imagem e som, alguns dos maiores temas da música clássica são interpretados numa coleção de mágicos segmentos de animação.”.

Leitura coletiva,
Teatro D.Maria II, 9 de dez. 10h



Assinalando os 20 anos da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, o Teatro Nacional D.Maria II receberá uma maratona de leitura coletiva, com 20 atores e ao longo de 9 horas, do livro *Todos os Nomes*. A entrada é livre.

Eça e Os Maias,
Exp. Gulbenkian, de 30 nov. – 18 fev.



A exposição reúne várias objectos do espólio pessoal do escritor nunca antes mostrados - Fotografia, pintura, escultura, música e filmes, caricaturas, cartas, crónicas. Os Maias constituem o eixo central da mostra, mas há lugar a referência a outras obras do autor e a universos cruzados que se relacionam com a sua vida e obra.

A VOZ DO OPERÁRIO



O Salão de Festas d'A Voz do Operário receberá obras de melhoramentos em 2019

Orçamento e Atividades para 2019 aprovados

Na última Assembleia Geral Ordinária d'A Voz do Operário do ano, realizada no dia 22 de novembro, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2019. O documento refere que neste ano se atingiram, pela primeira vez, um volume de receitas acima dos cinco milhões de euros com um correspondente crescimento na atividade com natural destaque para a área educativa. Prossegue-se o caminho de equilíbrio da situação económica e financeira com a realização de importantes investimentos para manter e melhorar a qualidade do serviço prestado. Para além dos diferentes equipamentos educativos, destaca-se os investimentos na reabilitação do Salão de Festas que será insonorizado e terá obras de climatização.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2019 pretende manter “a linha de rigor que vem sendo seguida, apostando no bom nível de atividade, mantendo uma elevada qualidade do serviço educativo e do apoio social, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do Jornal, mantendo atualizado o nosso site, promovendo iniciativas culturais diversificadas, reforçando a oferta existente a nível desportivo e participando ativamente no movimento associativo.

No plano educativo, os serviços educativos da instituição propõem-se “continuar a desenvolver trabalho em três áreas distintas: reforçar a sua ação pedagógica, aumentar a ligação escola-comunidade e continuar a apostar no desenvolvimento profissional do seu pessoal”. Nesse sentido, pretende-se aprofundar “a percepção da perspetiva sociocultural do modelo de trabalho de escolarização e o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho que facilitam a operacionalização deste mesmo modelo”. O documento refere ainda “os resultados muito animadores das provas de aferição do 2.º ano de escolaridade, especificamente nas turmas que reforçaram a articulação entre os vários anos de escolaridade, bem como o trabalho já em curso em algumas turmas de pré-escolar”. A vontade de trabalhar no sentido de “uma maior heterogeneidade na composição dos grupos de trabalho das crianças”, nomeadamente,

no 2.º ciclo, na Creche da Ajuda é também apresentado como outro objetivo que dará suporte à reflexão “sobre a implementação e procedimentos tendo em vista a concretização da organização heterogénea das salas de creche nas restantes escolas d'A Voz do Operário bem como nas turmas do 1.º ciclo nas situações em que ainda não é frequente esta reorganização para atenuar as fronteiras entre ciclos e anos de ciclo”.

As celebrações do 136.º aniversário da instituição são também referidas no documento com a homenagem anual a “uma personalidade ou entidade de mérito reconhecido”. Já o aniversário do jornal que deu origem à A Voz do Operário conta, em 2019, com um número redondo. Os 140 anos do mais antigo título operário em publicação estão já a ser programados “com um vasto conjunto de iniciativas relevantes a propósito desta efeméride” e com a perspetiva de implementar “uma plataforma simples mas atualizada, por forma a potenciar a partilha de conteúdos de forma eficaz, motivando também a produção de outros conteúdos para além dos da edição impressa”.

Entre as novidades de 2019 estão a realização de visitas guiadas à sede d'A Voz do Operário com um roteiro que “permita difundir mais sobre a história e interesse patrimonial” e o início da organização e catalogação do fundo geral da Biblioteca de Movimentos Sociais.

No âmbito do 25 de Abril e do 1.º de Maio, o documento reforça, uma vez mais, a participação nas comemorações da zona e da cidade, mobilizando todos os trabalhadores e associados, a programação de um ciclo de cinema sobre “Revolução”, a organização de uma sessão de fados sobre o tema da Liberdade e de Abril e de uma visita guiada ao Museu do Aljube com resistentes antifascistas. As Festas de Lisboa, onde se inclui a Marcha Infantil d'A Voz do Operário e o arraial popular, vão ser também, novamente, ponto alto no mês de junho.

O Plano termina deixando a nota de que as atividades contidas no documento, que estará disponível na página d'A Voz, terão tanto mais sucesso “quantos mais sócios e amigos” forem envolvidos no desenvolvimento do trabalho.

A Voz do Operário há 100 anos

A exploração humana

Assim como data de longos séculos a exploração do homem pelo homem, da mesma forma, desde que semelhante regime começou a vigorar, tenaz tem sido a propaganda emancipadora, para que esse regime desapareça, visto ter-se compreendido que os povos não podem nem devem sujeitar-se a tal. Não se seguiu o exemplo dos primitivos povos, porque se tal exemplo se tivesse seguido, não se chegaria ao estado actual de exploração, que traz revoltado todo o universo.

De longos séculos se tem protestado contra a exploração patronal e capitalista, cujos protestos teem levado muitos explorados às prisões, e passado agruras aquelles que, possuindo um pouco de raciocínio e tendo o cerebro mais cultivado, teem em todos os logares gritado bem alto que não mais explorados nem exploradores, querendo assim libertar aquelles que, sendo o producto de toda a riqueza social, se encontram debaixo do jugo burguez e capitalista.

O operariado de todo o mundo assim o tem compreendido em todos os tempos mas actualmente mais do que nunca, visto estar farto de tanto engano e de tanta illusão d'aquelles que o exploram. Temos dever volver os nossos olhos para essas ultimas luctas, e, em especial, para as que actualmente se estão passando em todo o universo, depois da grande derrocada que avassallou o velho e novo mundo durante mais de quatro annos.

Nos outros países divisa-se o clarão revolucionario. As classes operarias principiam desde já a actuar pelas suas aspirações justas e humanas. São ellas que teem de dictar as condições da paz. É ao operariado que compete impôr as suas futuras condições de existencia, sem a exploração ignobil e criminosa que sobre elle tem sido imposta desde muitissimos séculos. Necesita-se para isso da união de todas as classes trabalhadoras para obrigar a burguezia a abandonar muitos dos seus privilegios. Tudo quanto ha a fazer, só as classes operarias o devem fazer, mas é uma forma insohismavel, criteriosa, leal e sincera.

N'esta ocasião, como em tantas outras, todos gritam bem alto: - Abaixo a exploração humana! Abaixo a exploração do homem pelo homem!

Dezembro de 1918